

Intervenção do Ministro do Ambiente e da Ação Climática

Audição Regimental na Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território

Assembleia da República

Terça-feira, 11 de maio, 14 horas

- \ -

Senhor presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território

Senhoras e senhores deputados,

A maior parte das vezes, venho a esta comissão abordar temas por solicitação dos senhores e senhoras deputados. Mas é da natureza desta audição ser eu a escolher os temas que quero abordar.

Hoje, gostava de vos falar de três assuntos. A saber: as Barragens do Douro, os investimentos em rios e ribeiras e os projetos da área da Bioeconomia.

No caso dos territórios de Miranda do Douro, era mesmo tempo de agir. De agir participando, construindo, ouvindo. Foi assim que instituímos um grupo de trabalho com dez municípios do Nordeste Transmontano.

O território do Douro Internacional, bem como o do Pinhal Interior, estão identificados no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) como um dos dois mais frágeis do País. Era o tempo, num momento de viragem de ciclo de fundos comunitários, de olhar para o Douro.

Não negamos que a venda da concessão das barragens provocou este momento. Mas estes investimentos teriam sempre de ser concretizados, assim houvesse – e há – vontade política e consequência técnica.

A transmissão das concessões das barragens, não sendo comum no nosso país, nada atrasa ou adianta ao projeto de desenvolvimento destes territórios. As concessões mantêm o seu período de duração e também a forma de exploração. Ainda assim, e não é um pormenor, a sede da nova empresa localiza-se em Miranda do Douro.

Os resultados do Grupo de Trabalho foram há poucos dias conhecidos, particularmente no que respeita aos investimentos. Estes projetos foram selecionados pelas autarquias, que legitimamente representam os interesses locais e não têm por hábito criar exceções à medida dos seus interesses, mas afirmar o que é importante para os seus territórios.

Foi assim que chegámos a um compromisso de investimentos de 92 milhões de euros, os quais, em pouco mais de metade, serão assegurados pelo próximo quadro de financiamento europeu. Temos seis anos para concretizar este plano.

Ainda do presente quadro financeiro, para o ciclo urbano da água e para a mobilidade sustentável, serão alocados 11,7 milhões de euros. Através do REACT (e até 2023), mobilizámos 6,5 milhões para os recursos hídricos e 5 milhões para a conservação da natureza. Através do Fundo Ambiental, dedicaremos 15 milhões para a gestão de resíduos urbanos e para a mobilidade.

Sempre dissemos que olharíamos com particular cuidado para o território das três barragens do Douro Internacional – assim manda o PNPOT e manda o facto de serem as mais antigas, de um tempo em que não havia contrapartidas locais nem avaliação ambiental. É por esta razão que o investimento *per capita* em Miranda e em Mogadouro, municípios onde se localizam esses equipamentos, em muito ultrapassa a média dos outros concelhos.

Isto é o que verdadeiramente importa. Mas não é possível abordar esta questão sem lembrar que fui julgado por partidos políticos e por elementos do movimento Terras de Miranda.

Devo dizer que os ativistas do movimento que me criticaram nem sequer participaram no encontro que há quatro meses lançou o grupo de trabalho. Quando entraram na contenda, fizeram-no apenas com o intuito de personalizar, em mim, uma acusação. Foi muito revelador o dia em que me acusaram de mentir por ter dito que a nova empresa teria a sua sede em Miranda do Douro e, nesse mesmo dia, ler outra notícia, na qual se dizia que a sede da empresa era mesmo em Miranda do Douro.

Coube-me ouvir e aprender que, nos tempos que correm, não vale a pena vir para a praça pública discutir contra aqueles que, por não serem agentes políticos, são sempre livres de pecado – sem preocupação de redenção.

Quando os deputados PSD falaram de impostos, foram mesmo ligeiros e prometeram o que sabiam ser falso ou incerto. Quando o Bloco de Esquerda veio à liça, nunca manifestou qualquer interesse pelo desenvolvimento destes territórios e apenas os usou para o combate político.

Por isso, sobrou a ação. Parabéns aos serviços da administração e, mais ainda, parabéns aos municípios, que souberam intervir com rigor e não esperar por um favor. Afinal, foram eles o verdadeiro movimento pelas terras de Miranda.

Senhoras e senhores deputados,

Cuidar dos nossos rios é a mais antiga atividade daquilo a que hoje se chama ambiente e sustentabilidade.

Na administração pública, este cuidado era assegurado pelas velhas hidráulicas – e já na altura havia a convicção profunda de que a gestão dos rios devia ser feita por bacia hidrográfica.

A agricultura disputava o acesso às águas livres e as margens dos cursos de água estavam sempre cuidadas e limpas. Os rios sempre foram o principal fator de localização industrial para a captação de água e, infelizmente, a rejeição de esgotos. As cidades, em Portugal, localizaram-se na margem direita dos rios, na encosta ensolarada, fazendo da luz e da água o seu primeiro fator de competitividade.

A pressão da atividade humana trouxe carga poluente aos rios. O abandono dos campos desleixou o tratamento das margens.

Por isso, impunha-se realizar intervenções em rios e ribeiras. Já vamos na terceira geração, sendo o investimento já feito ou em curso de 116 milhões de euros. Há dias, assumimos o compromisso de investir mais 50 milhões de euros. As intervenções feitas e em curso compreendem cerca de 1.400 quilómetros e, com os investimentos recém-anunciados, iremos intervir em mais 150 quilómetros.

A primeira geração de investimento na rede hidrográfica, foi financiada pelo POSEUR (e recordo que no programa que herdámos a previsão financeira era de zero euros, foi mesmo por vontade política e decisão nossa que alocámos 80 milhões de euros a estas intervenções). Permitiu o desenvolvimento de obras mais pesadas de combate a cheias. Um exemplo? Coimbra. E, depois da intervenção no troço urbano, todo o Baixo Mondego – mas também o parque de Setúbal, as obras em Loures, o reforço dos diques do Tejo e, a mais relevante de todas, a obra de desassoreamento na ria de Aveiro, que se concluirá em três meses.

Em paralelo, lembremos a intervenção na rede hidrográfica dos 64 concelhos percorridos por incêndios, em 2017 e 2018. Todas estas intervenções foram feitas apenas com soluções de base natural. Há intervenções belíssimas. No Cértima mas também nos três laboratórios de rios, em Mogadouro, Penela e Castanheira de Pera. E ainda os mil quilómetros de galerias ripícolas recuperadas e plantadas, com a estabilização dos taludes das margens, apenas com soluções naturais.

Estas ribeiras são excelentes linhas corta fogo. Estas novas árvores criam a sombra necessária à melhoria da qualidade das águas. Esta nova paisagem convida ao passeio e à fruição, aproxima as pessoas dos cursos de água e inibe os fenómenos de poluição.

A segunda geração foi financiada pelo PEES. No primeiro plano deste governo para o relançamento da economia, apresentado nas horas mais negras da pandemia, esteve presente a rede hidrográfica, pois temos consciência que estas intervenções mobilizam mão de obra e animam as economias locais. Foram 5 milhões de euros, que beneficiaram cerca de 100 quilómetros, mimetizando o tipo de obras feitas nas ribeiras, durante primeira geração de intervenções.

Nesta segunda geração, há uma obra, a arrancar, muito significativa: a regularização do Ceira, crucial para domar as cheias do Mondego. Este é um rio que, quando

atinge regime torrencial, é mesmo grande e caudaloso e no qual iremos intervir usando apenas técnicas de engenharia natural.

E é este percurso que nos conduziu à intervenção em 150 quilómetros de rios (já não são ribeiras), com um investimento de 50 milhões e um tempo de execução de dois anos e meio. Nestes rios, o padrão das intervenções será sempre o da utilização de métodos de engenharia natural, arte na qual Portugal vai sendo conhecido no mundo e a razão pela qual é um dos líderes da coligação de *Nature Base Solutions*, das Nações Unidas.

Vamos agora intervir nos maiores rios portugueses. Da recuperação do Mouchão da Póvoa, em Vila Franca de Xira, às margens do Ferreira, um rio mártir que só viu os seus efluentes tratados há pouco mais de um mês. Mas também no Ave que, após o seu grande projeto de despoluição de há 25 anos, não voltou a sofrer cuidados. E uma mão cheia de outros exemplos: a requalificação das margens do Nabão, a reabilitação do rio Leça, a requalificação do rio Vouga, a intervenção no Guadiana. E ainda o Fresno, que atravessa Miranda e desagua no Douro, o primeiro projeto do Roteiro de que falei no primeiro ponto.

Senhoras e senhores deputados,

Lançámos, ontem, convites à constituição de consórcios para as fileiras do têxtil, do calçado e da resina natural. O objetivo é alavancar a transição para produtos de base biológica, promovendo a eficiência no uso dos recursos. Numa palavra: criar mais valor a partir do mesmo material.

A mudança estrutural associada à transição para a bioeconomia pretende ter um impacto duradouro na resiliência económica e social, contribuindo para a transição ecológica e digital, a competitividade dos processos de produção e a criação de emprego a longo prazo.

Para cada fileira, deverá ser constituído um único consórcio que, depois de selecionado, apresentará, até outubro, um projeto integrado para o seu *cluster*.

Os projetos integrados que vierem a ser selecionados devem promover a investigação, desenvolvimento e inovação mas também a inovação produtiva, bases de bases de dados e a transferência de conhecimento.

Este é um projeto de valorização e rejuvenescimento de setores industriais tradicionais portugueses, que terá de ser concretizado até final de 2025.

Provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência, as verbas disponíveis ascendem a cerca de 130 milhões de euros, mais de metade das quais para o setor do têxtil e do vestuário. Prevê-se que a componente da Bioeconomia no PRR permita alavancar um investimento na ordem dos 200 milhões de euros nestes setores.

No contexto das alterações climáticas, é crucial apostar numa economia de baixo carbono e resiliente. É preciso colocar ênfase na inovação para promover abordagens virtuosas em áreas relevantes da nossa economia que beneficiarão de inovações de inspiração biológica, da utilização de novos materiais e produtos com menor pegada ecológica.

Obrigado.